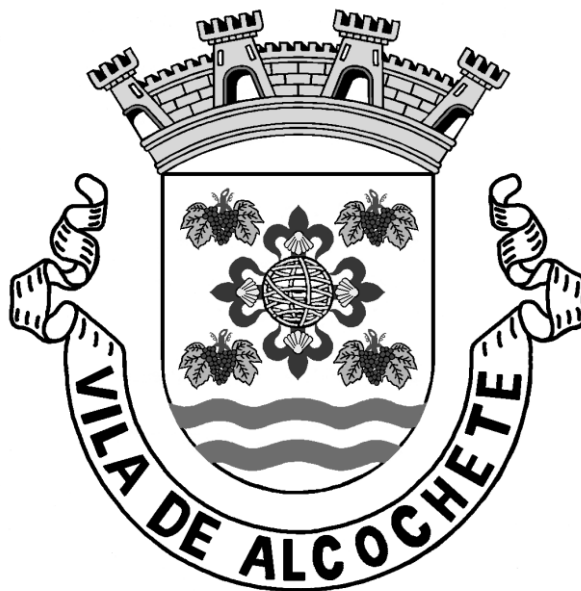




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 01

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA

EM 07 DE JANEIRO DE 2026

ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	13
C. ORDEM DO DIA.....	13
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA	13
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES.....	14
3. APROVAÇÃO DE ATAS:	14
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:.....	14
4.1. DISTINÇÕES HONORÍFICAS NO ÂMBITO DO 128.º ANIVERSÁRIO RESTAURAÇÃO DO CONCELHO	14
4.2. ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE	35
4.3. ISENÇÕES E REDUÇÕES DE PAGAMENTOS DE TAXAS PARA O MOVIMENTO ASSOCIATIVO EM 2026	36
4.4. ISENÇÕES E REDUÇÕES DE PAGAMENTOS DE TAXAS – INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL – ANO 2026.....	38
4.5. NORMAS DE FUNCIONAMENTO DA II GALA DO DESPORTO.....	40
4.6. APROVAÇÃO DE MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOCHETE E A MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A	42
4.7. RECURSO A RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNA DE DOIS ASSISTENTES OPERACIONAIS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO, NO REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO.....	47
4.8. RECURSO A RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNA PARA PROVIMENTO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO DA CARREIRA DE ASSISTENTE OPERACIONAL, ÁREA DA EDUCAÇÃO, NO REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO A TERMO INCERTO	49
4.9. RECURSO A RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNA DE UM ASSISTENTE OPERACIONAL NA ÁREA DE REFEITÓRIOS, NO REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO	51
5. APOIOS FINANCEIROS.....	53
6. INFORMAÇÕES	53
D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	53
ENCERRAMENTO	53

Aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes as senhoras vereadoras Maria de Fátima Maduro Gregório Soares, Ana Sofia Madeira Maduro, Maria Eugénia Da Silva Gonçalves Murjal e Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado e João Carlos Simões Marques.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, o senhor presidente desejou que 2026 seja um ano passível de concretização de todos os sonhos e ambições, um ano onde impere a saúde, não falte o pão em cada lar, onde a habitação seja uma realidade para todos, onde a precariedade seja erradicada, onde reine a paz e o amor, onde a coesão social seja efetiva em todo o mundo e, em particular, no território de Alcochete, onde cada um e de acordo com aquilo que são as suas competências, possam trabalhar em prol da comunidade.

A senhora vereadora Maria Eugénia Murjal desejou um Feliz Ano Novo, dirigindo uma palavra de conforto a todos os venezuelanos que trabalham e residem em Alcochete, num momento que considera importante para o povo desse país e esperando que possam desfrutar de um momento tão aguardado após 26 anos de sofrimento numa ditadura socialista.

A senhora vereadora Raquel Prazeres desejou um Bom Ano Novo e que 2026 seja um ano repleto de conquistas pessoais e coletivas.

Continuou apontando que a rua Estevão Rodrigues tem sido alvo de várias e contínuas intervenções, parecendo-lhe que se está constantemente a fazer o mesmo, com buracos abertos, passeio torto e com pedras soltas o que poderá causar acidentes.

Referiu também a presença continuada de baias em redor de uma tampa de esgoto na avenida Canto do Pinheiro, questionando quais as razões para que as situações referidas se prolonguem no tempo.

O senhor vereador Pedro Lavrado, iniciou a sua intervenção desejando um Bom Ano Novo, cheio de sucessos e com muito saúde, explicando, após solicitação do senhor presidente, que na avenida do Canto do Pinheiro decorre uma reparação que está a ser feita pelo empreiteiro que realizou a obra no âmbito da garantia. A obra incidiu sobre o abatimento de uma caixa, que necessita de tempo para consolidar e só depois se poderá retirar as baias.

Acerca da rua Estevão Rodrigues, esclareceu que se trata de uma empreitada sob a responsabilidade da E-Redes, no âmbito das obras de urbanização que estão a decorrer no local, confirmando que houve por parte da E-Redes a necessidade de intervir por diversas vezes.

O senhor presidente solicitou ao senhor vereador Pedro Lavrado que faça um acompanhamento assertivo e objetivo em relação à intervenção da E-Redes, sabendo, porém que existem regras que estão previamente definidas no que diz respeito às intervenções da E-Redes no domínio público.

Sobre a intervenção da senhora vereadora Maria Eugénia Murjal, afirmou que abomina todo e qualquer sistema ditatorial, seja ele na Venezuela ou em qualquer outro país, sublinhando que é socialista com muito orgulho, mas acima de tudo é democrata, acima de tudo é português.

Referiu que considera que a operação preconizada pelo presidente norte-americano infligiu um atentado àquilo que é o direito internacional, não se revendo também neste tipo de atuação, fazendo votos para que a alegria que hoje se vive na Venezuela se mantenha daqui a 15 dias e esperando que em todos os regimes ditatoriais a democracia possa imperar, algo que Portugal conquistou há mais de 50 anos e que embora ainda não funcione na sua plenitude, não tem qualquer dúvida que é seguramente um sistema significativamente melhor do que aquilo que existia.

O senhor vereador João Marques, iniciou a sua intervenção endereçando a todos, votos de um Próspero Ano Novo. Continuou expressando que abomina qualquer forma de ditadura, seja de que tendência política for, desejando que a Venezuela consiga aproveitar de uma forma útil aquilo que possa vir a acontecer e que não volte a cair no mesmo erro de há 26 anos.

Partilhou que alguns munícipes lhe fizeram chegar o descontentamento sobre a iluminação de Natal incidindo, sobretudo, sobre a qualidade e a criatividade das soluções escolhidas, com pontos dispersos por várias ruas.

Parabenizou os residentes da urbanização da Quebrada Norte por terem tido a iniciativa de iluminarem as suas casas, cada uma com sua cor, mas todas dentro do mesmo género, sugerindo que neste ano se possa lançar o convite a todos os munícipes, para que em cada rua, em cada bairro se possa de forma simples dar mais brilho ao concelho.

Reconheceu o mérito do município ao promover a realização da corrida de São Silvestre, contudo questionou qual era o impacto que a iniciativa tinha no concelho, tanto em termos de benefícios económicos, como promocionais de Alcochete, dado que a permanência dos participantes após a corrida não existe. Sugeriu que tendo em conta que vários municípios da Área Metropolitana de Lisboa têm uma maior tradição na realização desta corrida, Alcochete poderia considerar a hipótese de realizar uma prova diurna de atletismo no mês de janeiro e que a mesma pudesse ser associada a algo relevante da História de Alcochete, como por exemplo a data de 15 de janeiro, acrescentando que se fosse diurna, as pessoas de certeza que permaneceriam no concelho, criariam alguma dinâmica na economia local, tal como poderiam visitar alguns pontos de Alcochete.

Deu nota que também foi questionado sobre o porquê de não ter existido fogo de artifício na passagem do ano, tendo transmitido que essa questão é uma opção da câmara, sabendo que os valores implicados no lançamento de fogo de artifício poderiam ser canalizados para outras coisas. Sugeriu que se podia implementar algo que se vive a nível mundial, articulando-se por exemplo com a empresa que procedeu ao lançamento do fogo de artifício

nas festas do Barrete Verde e das Salinas, sendo da opinião que seria uma mais-valia para a frente ribeirinha de Alcochete, assim como um momento de vaidade para os alcochetanos.

Afirmou que tem conhecimento que o Pólo Ambiental das Hortas foi entregue a uma associação do concelho, que muito valoriza o património cultural de Alcochete, todavia constata que sensivelmente desde 2017 não existe qualquer tipo de intervenção no local, questionando se se terá de aguardar pela continuação da degradação do edifício, se existirá uma avaliação técnica, se se poderá prevenir problemas futuros e salvaguardar esse equipamento que considera ser muito importante para o concelho e que deve ser alvo de uma ação urgente.

Alertou para a necessidade de se melhorar as condições de segurança rodoviária da rua da Cooperação, pois em toda a sua extensão não existe qualquer passadeira, agravando o facto de ser uma zona de acesso ao centro de saúde, à escola do Valbom e às piscinas municipais.

O senhor presidente sobre a questão da iluminação de Natal, esclareceu que o Executivo ao longo dos últimos 8 anos tem vindo a fazer um investimento exponencial na valorização daquilo que é o conceito da família e que acaba por estar integrado na quadra natalícia, recordando que há 8 anos o Natal em Alcochete não tinha a valorização que hoje tem e que atualmente existe a preocupação de abranger todo o território, todas as freguesias e dentro das freguesias, as localidades da Fonte da Senhora e do Passil, com a implementação do tradicional presépio, como sempre aconteceu e com a colocação de uma árvore de Natal devidamente enfeitada, referindo que os gastos com a iluminação de Natal representa um investimento que ascende a mais de €60.000,00, um valor significativo para aquilo que é o orçamento da Câmara Municipal de Alcochete.

Aludiu que é notório o esforço que é feito para que um pouco por toda a vila de Alcochete se possa ter (mesmo que sejam pequenos), apontamentos demonstrativos de que ali existe Natal, reiterando que é um grande investimento por parte do município e que seguramente nunca se terá a oportunidade de iluminar todo o concelho ou simplesmente toda a vila de Alcochete. Porém se a iluminação poderia ser azul em vez de ser branco frio, ou se poderia ser amarelo, tem a ver somente com questões estéticas.

Sobre a questão da corrida de São Silvestre, elucidou que esta não foi a primeira edição da prova e que em todos os anos tem existido um crescimento exponencial de participação, nunca havendo um ano em que os participantes tenham sido em número inferior àquilo que aconteceu no ano transato. A prova de São Silvestre é uma iniciativa desenvolvida pelos trabalhadores da Câmara Municipal de Alcochete, inerentes à área do desporto, que pensam, idealizam, concretizam, com muita abnegação, com muita dedicação e com muito profissionalismo, uma prova que tem vindo a demonstrar que é uma decisão efetivamente acertada pelo crescimento exponencial de participantes.

A prova é realizada para principalmente promover o desporto, o concelho e a vila de Alcochete, lembrando que a par desta prova existem muitos outros exemplos que promovem o desporto e o território de Alcochete, onde destacou o “*Salinas Sunset*”, as caminhadas até à Barroca D’Alva, ou até atividades dentro do Campo de Tiro.

Sobre a questão do final de ano, informou que desde 2017 até ao presente ano, nunca se assinalou a passagem de ano com fogo de artifício ou com o que quer que seja, asseverando que é uma opção que incide, sobretudo, pela gestão financeira, pois quer os espetáculos musicais, quer o fogo de artifício, quer a iluminação no local onde o fogo de artifício se possa desenrolar, traz custos naturalmente acrescidos e que, do ponto de vista da análise que tem sido feita ao longo de praticamente 9 anos, não vislumbra uma relação direta entre, o investimento e o proveito, pois a larga maioria das pessoas opta por ficar em coletividades que já desenvolvem esta iniciativa, dando como exemplo a Sociedade Filarmónica Progresso e Labor Samouquense, ou por outro lado, preferem ficar em família, ou ainda deslocarem-se para fora do território de Alcochete.

Manifestou que na sua perspetiva e até ao momento não fez sentido investir-se nesta área, tendo em conta outras necessidades, considerando que este assunto é apenas uma opção de gestão, exprimindo que no seu entendimento aquilo que se tem feito é sinónimo de que se está no bom caminho.

Relativamente ao Pólo Ambiental das Hortas, informou que não existe qualquer parceria ou concessão. O Pólo Ambiental das Hortas e o Pinhal das Areias resultam da declaração de

impacto ambiental aquando do licenciamento da *Freeport* e que envolveu a própria *Freeport*, a Câmara Municipal de Alcochete e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) que teriam responsabilidades nestas duas áreas, partilhando que o município está atualmente com esse processo “em mãos”, realizando uma análise exaustiva sobre aquilo que consta na Declaração de Impacto Ambiental e sobre aquilo que são as responsabilidades destas 3 entidades, expondo que a obrigatoriedade da câmara municipal nesta gestão tripartida era da dinamização do espaço em questão, porém a dinamização só poderá existir quando os espaços tiverem condições, do ponto de vista estrutural, para poderem acolher essas dinâmicas, algo que é uma tarefa da *Freeport* e do ICNF.

Referiu que a autarquia irá reunir com as outras duas entidades e diligenciar o que é que efetivamente cada uma delas tem de fazer para que aquele espaço não se continue a degradar, como tem vindo a acontecer.

Aludiu que no Pinhal das Areias, a câmara municipal, em virtude de existirem animais nesse espaço, tem conseguido implementar uma dinâmica diferente, aplicando algum investimento e aproveitando as escassas e poucas candidaturas que existem do ponto de vista do Fundo Ambiental, para se poder dinamizar o espaço, expondo que quer do ponto de vista do *birdwatching*, quer do ponto de vista de questões educacionais e ambiental há um longo trabalho para fazer, onde cada entidade terá de realizar o que lhe compete, sublinhando que a *Freeport* e o ICNF não estão a cumprir com as suas obrigações.

Sobre a questão da falta de passadeiras na rua da Constituição, transmitiu que o senhor vereador Pedro Lavrado já teria tomado as anotações necessárias a fim de se verificar e resolver a situação.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares acrescentou que a prova de São Silvestre já conta com a sua quinta edição, recordando que a primeira edição contou com a abertura de 150 inscrições e nesta última edição foram disponibilizadas 520 inscrições, tendo ficadas esgotadas antes do prazo terminar, expressando que esta é uma prova que marca Alcochete e onde se promovem hábitos de saúde e bem-estar.

Continuou dando nota que no dia da prova, pôde constatar na primeira pessoa, que sensivelmente a partir das 11:00 horas, altura em que começou a entrega dos dorsais, Alcochete estava repleta de pessoas.

Prosseguiu apresentando a seguinte informação:

– V Corrida de São Silvestre de Alcochete

«No âmbito do Programa Alcochete Aventura de 2025, a Câmara Municipal de Alcochete organizou no passado dia 13 de dezembro a 5.ª edição da “Corrida de São Silvestre de Alcochete”, num percurso ao longo da vila.

À semelhança da anterior edição, a “V São Silvestre de Alcochete” voltou a apresentar-se como um dos maiores eventos desportivos realizados em Alcochete durante o ano civil, onde se destaca:

1. Preenchimento da totalidade de vagas para o evento - 520 participantes nas três variantes (Corridinha Júnior, Corrida de 10 km's e caminhada de 5 Km's);
2. Oferta de medalha personalizada do evento a todos os participantes que concluíram os seus percursos;
3. Oferta de reforço alimentar a todos os participantes – Integração do Projeto Escol(h)a Saúde;
4. Reforço das Parcerias Institucionais.

Saudamos, mais uma vez, todos aqueles que têm contribuído para o crescimento do número de praticantes desportivos em Alcochete, afirmando cada vez mais o bom trabalho de todos os intervenientes desportivos do nosso concelho.

Pelo importante apoio e colaboração, destacamos também as parcerias estabelecidas e reforçamos o nosso agradecimento ao posto territorial da GNR de Alcochete, aos Bombeiros Voluntários de Alcochete, à “Axis Físio Alcochete”, à Associação Juventude Navegante, ao Curso Profissional de Apoio à Gestão Desportiva do Agrupamento de Escolas de Alcochete

e a todos os colaboradores da Câmara Municipal de Alcochete envolvidos na organização da “V São Silvestre”.

O município de Alcochete felicita ainda todos os participantes da “V São Silvestre de Alcochete” e informa que a “VI São Silvestre de Alcochete” já tem data marcada – 12 de dezembro de 2026.»

O senhor presidente partilhou que a partir do próximo dia 15 de janeiro, se iniciarão as comemorações dos 128 anos da Restauração do Concelho, repletas de uma multiplicidade de áreas, quer do ponto de vista do desporto, quer do ponto de vista cultural, institucional e onde está integrado um passeio pedestre que irá acontecer pela Herdade da Barroca D’Alva, no próximo dia 25 de janeiro, com partida às 09:00 horas, junto à Praça de Toiros de Alcochete.

O senhor vereador João Marques afirmou que nunca quis colocar em causa o empenho de quem organiza, assim como os parceiros que organizam a prova, tendo apenas o intuito de que se percebesse, que talvez fosse mais proveitoso se a prova fosse diurna, onde em vez de se ter 520 participantes, talvez se pudesse ter 1520, mesmo tendo conhecimento que esta foi a 5.^a prova e que tem crescido ao longo dos anos, não deixando de valorizar a prova.

A senhora vereadora Raquel Prazeres agradeceu o facto de a senhora vereadora Maria Eugénia Murjal ter saudado as pessoas venezuelanas de Alcochete, aproveitando para alargar essas palavras às pessoas venezuelanas de todo o mundo e que na sua opinião são um povo lutador, todavia nem todos os venezuelanos estarão felizes, pois haverá quem não esteja, haverá uns que estão pelo regime, outros contra, contudo nunca defenderá um alegado ditador.

Ressalvou a importância da constituição da Carta das Nações Unidas, após a 2.^a Guerra Mundial, com regras de direito internacional para impedir que a situação descambasse numa nova guerra com contornos terríveis, como foram a 1.^a e a 2.^a Guerra Mundial. Uma Carta que foi construída com vários países, entre os quais alguns com mais responsabilidade do que outros, uma vez que têm direito de veto e que podem controlar, onde os Estados Unidos da América se assumiu como quase um defensor da democracia e da liberdade, partilhando

que ingerência é quando um país quer resolver os assuntos de outro, seja quais forem os seus objetivos, considerando que o presidente norte-americano Donald Trump representa uma grande preocupação para a democracia e liberdade das pessoas.

Prosseguiu citando um excerto de um artigo do jornal Expresso com a data de hoje:

«A administração de Donald Trump informou a líder interina da Venezuela que o país deve cortar relações com a China, Rússia, Irão e Cuba como condição para poder explorar e vender o seu petróleo. - Notícia ABC -. Segundo a cadeia televisiva, a Casa Branca quer que a Venezuela corte relações com estes países antes de permitir que volte a exportar o seu crude numa exigência que visa favorecer exclusivamente Washington nas vendas de petróleo pesado.»

Expôs que este é o histórico dos EUA, que continua a tentar controlar países (agora de uma forma descarada), para obter ganhos económicos, financeiros e poder, lembrando que Donald Trump afirmou que as eleições que perdeu contra Joe Biden foram falsas e que Joe Biden foi ilegitimamente eleito. Apelou que imaginassem que um país, seja ele qual for, resolve ir aos Estados Unidos, retirar o presidente Biden, uma vez que ele não é aceite por todos, retirá-lo de lá, levando-o à revelia, sublinhando que é necessário as pessoas perceberem que isto é ingerência, chegar a outro país, retirar um presidente, tenha sido eleito de uma forma correta ou não.

Frisou que esta ação levada a cabo por Donald Trump nada tem a ver com a questão dos carteis das drogas, nem na bondade de salvar os venezuelanos, cuja população sofre imenso pelos bloqueios que os Estados Unidos da América impuseram, onde não conseguem aceder por exemplo a medicamentos ou à alimentação.

Concluiu reiterando os votos de felicidades para o povo venezuelano, quer vivam em Alcochete, quer vivam fora do país, quer vivam na Venezuela, que são os que neste momento têm mais dificuldades e que vivem uma incerteza enorme, partilhando também a sua preocupação com a população de Cuba, da Colômbia, que também já foram ameaçados de invasão, sendo da opinião que cada país se deve salvar das suas próprias ditaduras,

como Portugal fez e que a Venezuela, os venezuelanos, têm o direito de determinar o seu próprio caminho.

A senhora vereadora Maria Eugénia Murjal referiu que Alcochete, todos os seus amigos e todas as pessoas que votaram nela, sabem que é filha de portugueses que emigraram para a Venezuela, que nasceu e viveu lá muitos anos, tendo apontado que a senhora vereadora Raquel Prazeres demonstrou um profundo desconhecimento sobre o assunto e segundo o que teria percebido da sua intervenção, questionou se a única forma de resolver o problema da violação do direito internacional seria devolver a Venezuela a Maduro, para que ele continuasse a destruir a vida de milhões de venezuelanos.

Continuou perguntando onde estava toda a preocupação com o direito internacional quando o regime socialista, que começou em 1999 com Hugo Chávez, assassinou mais de 19000 pessoas, torturou 36000 e somou mais de 18000 presos políticos, onde de uma população com 30000000 de pessoas, 8000000 de venezuelanos estão espalhados pelo planeta inteiro, representando a maior migração da história, ou onde estava toda a preocupação com o direito internacional quando os venezuelanos estavam a comer qualquer animal que tivesse uma proteína, cães, pombos, ratos, porque não havia carne disponível, comendo lixo dos contentores porque não tinham o que comer, afirmando que isso não se deveu a bloqueio nenhum dos EUA, mas sim a um regime narcotraficante que ajoelhou todo o povo da Venezuela.

Apontou que a questão do petróleo é outra hipocrisia, tendo em conta que os cubanos, russos, chineses, iranianos e os sírios invadiram a Venezuela espoliando petróleo, ouro, diamantes e todo o tipo de minerais do solo venezuelano, afirmando que os EUA na década de 50 e 60 também exploraram o petróleo venezuelano, contudo nessa altura a Venezuela tinha o rendimento *per capita* mais alto da América Latina, onde a moeda nacional (Bolívar) estava a par com o Dólar, transmitindo que após os EUA terem sido afastados da Venezuela, chegou a corrupção, roubo à nação para uma elite do poder, com sucessivas desvalorizações da moeda, com uma inflação galopante, onde atualmente o salário auferido por cada 40 horas semanais de trabalho equivale a €2,00 mensais.

Concluiu frisando que Portugal teve em Abril uma Revolução dos Cravos, reafirmada em novembro, porém a Venezuela não teve essa hipótese, tendo de procurar parcerias com Estados poderosos para se poder libertar, o que agora é alvo de censura.

A senhora vereadora Raquel Prazeres reprovou o facto da forma como a senhora vereadora Maria Eugénia Murjal se dirigiu à sua pessoa, lembrando que nunca comentou a questão do Nicolás Maduro ou do que se passa na Venezuela, tendo apontado a atuação de um Estado imperialista, que é os EUA, os quais não foram salvar ninguém, agindo unicamente por interesses económicos e geopolíticos.

O senhor presidente recordou que os direitos internacionais envolvem um conjunto de Estados Membros e de parceiros que não foram auscultados sobre este tipo de atitude, o que implica uma inconstitucionalidade da prática ao abrigo daquilo que é a Declaração dos Direitos Internacionais.

A senhora vereadora Maria Eugénia Murjal, sobre o Centro de Marcha e Corrida questionou se todas as coletividades que pratiquem essa modalidade poderão usufruir desse equipamento, de forma livre e sem custos associados, ou se terão de passar todos pela Federação Portuguesa de Atletismo.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares esclareceu que as coletividades ou os particulares poderão optar por se associar ao Centro de Marcha e Corrida, caso contrário poderão a continuar a usufruir da pista como sempre o fizeram.

B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções.

C. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

Reunião de 2026.01.07

Ata n.º 01

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €3.639.147,01 (três milhões, seiscentos e trinta e nove mil, cento e quarenta e sete euros e um cêntimo).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente informou que entre os dias 17/12/2025 e 31/12/2025, autorizou o pagamento da despesa, no montante de €2.738.806,38 (dois milhões, setecentos e trinta e oito mil, oitocentos e seis euros e trinta e oito cêntimos) conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 4746 ao n.º 5080.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação de atas:

- **Ata da reunião ordinária realizada em 28 de outubro de 2025**

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1. Distinções Honoríficas no âmbito do 128.º Aniversário Restauração do Concelho

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«A Restauração do Concelho de Alcochete, celebrada anualmente a 15 de janeiro, constitui um marco de relevante significado histórico, cultural e identitário para o município de

Alcochete, assumindo especial importância na preservação da memória coletiva e na valorização dos valores intrínsecos à nossa comunidade, particularmente num contexto de crescente globalização e progressiva descaracterização das identidades locais.

A evocação do dia 15 de janeiro de 1898 representa a reafirmação da autonomia concelhia e a salvaguarda da identidade e da história recente de Alcochete, permitindo a transmissão às gerações mais jovens dos valores de perseverança, determinação e espírito cívico demonstrados pelos alcochetanos que se empenharam na luta pela restauração do Concelho, designadamente António Luís Pereira Coutinho, João Pacheco Pereira Coutinho, José Luís da Cruz, Augusto Monteiro Forte, António Luís Nunes Júnior e João Baptista Lopes.

Após um período de três anos de dependência política e administrativa, a recuperação da autonomia do Concelho foi formalizada através de decreto publicado no “Diário do Governo” em 15 de janeiro de 1898, precedido da comunicação trazida de Lisboa por D. João Pereira Coutinho, facto que motivou significativas manifestações populares de celebração. O povo saiu à rua para comemorar a restauração da sua autonomia!

A Câmara Municipal de Alcochete promove, anualmente, as comemorações da Restauração do Concelho e, no âmbito da sessão solene comemorativa da referida efeméride, presta reconhecimento público a pessoas singulares, coletivas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras que afirmativamente, quer seja por mérito pessoal, profissional e cívico, nas áreas sociais, humanitárias, empresariais, culturais, científicas, cívicas, desportivas, educativas ou de serviço público, tenham contribuído para o engrandecimento e dignificação deste concelho e dos seus habitantes.

No ano em que se comemoram os 128 anos do 15 de janeiro de 1898, a autarquia propõe o reconhecimento das seguintes instituições e personalidades com a atribuição das seguintes distinções honoríficas:

MEDALHA D. MANUEL I

A Medalha D. Manuel I destina-se a distinguir pessoas singulares, coletivas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras que pelo seu prestígio, cargo ou ação para com a comunidade tenham prestado serviços de exceção de relevância, contribuindo desse modo para o bem social geral, para o bom nome e prestígio do concelho ou para a sua projeção nacional ou internacional e sejam consideradas dignas dessa distinção.

Propõe-se a atribuição da Medalha D. Manuel I a:

Isabel Cristina Ferreira Fernandes

Isabel Cristina Ferreira Fernandes é licenciada em História (1975-1980) e mestre em Arte, Património e Restauro (1998-2001) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Foi docente de História no ensino público entre os anos letivos 1980/81 e 2022/23, quarenta e um dos quais nas escolas de Alcochete: na Escola Preparatória (Valbom); na Escola Básica 2,3 D. Manuel I e na Escola Secundária.

Alcochete é também a terra que quis sua, onde reside há 45 anos.

Para além de outras funções de direção intermédia, de natureza pedagógica, desempenhou os seguintes cargos diretivos: secretária do Conselho Diretivo da Escola Preparatória de Alcochete - 1982/83; presidente do Conselho Diretivo da Escola Preparatória de Alcochete, em 1983/84; presidente da Comissão Instaladora da Escola C+S de Alcochete, em 1984/85 e 1985/86; presidente do Conselho Diretivo da Escola C+S de Alcochete, em 1986/87 e entre 1990/91 e 1995/96; presidente da Assembleia da Escola Secundária de Alcochete, em 2006-2007 e 2007-2008; Presidente do Conselho Geral Transitório da Escola Secundária de Alcochete em 2008-2009; presidente do Conselho Geral da Escola Secundária de Alcochete, entre 2009-2010 e 2012-2013; presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Alcochete, entre 2013-2014 e 2016-2017.

Não podemos deixar de mencionar o papel decisivo da Professora Isabel Cristina na implementação do Ensino Secundário em Alcochete, como impulsionadora e responsável.

A par da docência, prosseguiu sempre a atividade de investigação em história e arqueologia.

No âmbito arqueológico, para além de escavações de acompanhamento e preventivas, desenvolveu projetos de investigação relativos ao Período Romano (nos concelhos de Marvão e Palmela) e ao Período Medieval (no concelho de Palmela), com destaque para as

escavações no Castelo de Palmela, que vieram a originar a sua dissertação de mestrado e uma publicação monográfica em 2004.

O concelho de Alcochete beneficiou amplamente do seu conhecimento, visão e aconselhamento especializado, tendo sido responsável pela Monitorização Arqueológica e do Património Cultural, no âmbito da construção da Ponte Vasco da Gama, entre outubro de 1995 e março de 1998, de que resultaram: a realização de escavações com registos do Paleolítico Superior, no sítio da Conceição (hoje a Área de Serviço da ponte) e a posterior criação de pequenos núcleos museográficos sobre o sítio; os trabalhos de conservação e restauro da Capela de Nossa Senhora da Conceição dos Matos. Desenvolveu ainda prospeções arqueológicas em Rio Frio, como corresponsável do Estudo Preliminar de Impacte Ambiental para a Localização do Novo Aeroporto de Lisboa, em 1998.

Também em Alcochete, incentivou o município à criação do Serviço de Arqueologia, o que veio a efetivar-se com sucesso.

No domínio da história e do património cultural, em Alcochete: coordenou o estudo monográfico *A Igreja de S. João Baptista de Alcochete*, que contou com a participação de prestigiados historiadores da arte, editado pelo município em 2003; promoveu e acompanhou o estudo *Sabonha e S. Francisco*, da autoria de José Manuel Vargas, que permitiu trazer luz sobre a primitiva freguesia de Santa Maria de Sabonha (hoje S. Francisco), em terras da Ordem de Santiago, com informação que remonta ao século XIII, obra publicada pelo município em 2005; promoveu e acompanhou a edição, pelo município, também em 2005, do *Livro da Vereação de Alcochete e Aldeia Galega (1421-1422)*, com introdução, transcrição e notas do mesmo autor, que dá a conhecer o conteúdo do raríssimo livro da vereação, do século XV.

No município de Palmela tem sido colaboradora para as áreas de arqueologia, história, história da arte e dirige o Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, onde desenvolve atividade de investigação, promoção e coordenação de iniciativas científicas (cursos, conferências, congressos, exposições) ligadas à história das ordens militares e à castelologia. Neste âmbito, tem sido responsável pela organização de Encontros Internacionais sobre Ordens Militares, quadrienais e pela coordenação da publicação dos

estudos neles apresentados. Este evento é hoje reconhecido como o mais prestigiado desta temática, a nível europeu.

Foi membro dos Comitês Científicos de duas dezenas congressos e encontros nacionais e internacionais. Coordenou e co coordenou múltiplos colóquios, jornadas, cursos e exposições.

Foi comissária científica da exposição Santiago Por Portugal, realizada em Lamego, (organização do Museu da Presidência da República), entre 10 de junho a 30 de agosto de 2015.

Foi membro da equipa de coordenação, enquanto representante do nosso país, do *Dictionnaire Européen des Ordres Militaires au Moyen Âge* (2002-2006), produção de referência para o estudo das ordens religioso- militares, editada em Paris, em 2009 (Ed. Fayard).

No presente, a Professora Isabel Cristina centra a produção científica nas áreas de arqueologia, história, história da arte e arquitetura militar dos períodos medieval islâmico e medieval cristão, com relevo para o tema das ordens militares, em especial a Ordem de Santiago.

Participa com frequência em reuniões científicas nacionais e internacionais, como conferencista. É autora e coordenadora de várias obras e de mais de centena e meia de estudos publicados em atas de congressos, revistas científicas, catálogos de exposições e outras obras coletivas (em autoria a solo e em coautoria).

Realiza frequentemente revisão científica de estudos a publicar em revistas e obras coletivas das especialidades de história e arqueologia.

Atualmente integra dois projetos de investigação: um da *Universidad de Castilla La Mancha* (Ciudad Real), sobre história das ordens militares; outro da *Universidad Autónoma de Madrid*, sobre história das relações interconfessionais cristianismo-islão-judaísmo.

Faz parte e é membro fundador do grupo de investigação arqueológica CIGA (Cerâmica Islâmica do *Garb al-Andalus*), adstrito ao Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património da Universidade de Coimbra (CEAAP) e ao Campo Arqueológico de Mértola.

Para além do referido CEAACP, é membro colaborador dos seguintes centros de investigação portugueses: o CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedade, da Universidade de Évora; o IEM - Instituto de Estudos Medievais, da Universidade Nova de Lisboa.

Integra a Equipa Editorial da revista digital *Medievalista* (IEM-Universidade Nova de Lisboa) e é membro do Conselho Assessor da revista *Cuadernos de Arquitectura y Fortificación* (Ediciones La Ergástula, Madrid).

É membro fundador da Associação Ibérica de História Militar e, presentemente, presidente da respetiva Assembleia Geral.

A 3 de novembro de 2025 foi agraciada com o grau de Dama da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, pelo Presidente da República.

A Professora Isabel Cristina é reconhecida, não apenas pelo seu currículo vasto e distinto, mas também pela sua humildade, integridade e pelas qualidades humanas que sempre demonstrou no serviço à comunidade e na relação com todos os que acompanharam o seu percurso.

A Câmara Municipal de Alcochete presta homenagem à Professora Isabel Cristina Ferreira Fernandes pelo notável contributo prestado ao concelho de Alcochete, à Educação, à investigação histórica e ao serviço público com a atribuição da Medalha D. Manuel I.

MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO

A Medalha Municipal de Mérito destina-se a distinguir pessoas singulares, coletivas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras que por atos ou serviços considerados importantes,

relevantes ou excepcionais, nas áreas sociais, humanitárias, empresariais, culturais, científicas, cívicas, desportivas, educativas, políticas ou de serviço público, de onde resultam assinaláveis benefícios para o Concelho, seu prestígio e desenvolvimento, para a melhoria das condições de vida dos seus munícipes e que justifique este reconhecimento.

Assim, propõe-se a atribuição da Medalha Municipal de Mérito a:

José Batista Martins

José Batista Martins nasceu a 20 de julho de 1973, no Hospital de Castelo Branco, sendo natural da Frazumeira, freguesia de Álvaro, concelho de Oleiros, na região da Beira Baixa. Cresceu num contexto rural, profundamente marcado pelos valores de solidariedade, trabalho, humildade e entreajuda, que viriam a moldar de forma decisiva o seu carácter e o seu sentido de serviço ao próximo.

Desde muito jovem iniciou a sua vida profissional, desempenhando diversas atividades, nomeadamente nos setores florestal, da restauração e da construção civil. Foi também militar, em regime de voluntariado, experiência que reforçou o seu sentido de disciplina, responsabilidade e compromisso com o coletivo.

A sua chegada a Alcochete ocorreu por via da sua participação profissional na obra da Ponte Vasco da Gama, momento determinante para a sua fixação no concelho.

Todas estas experiências permitiram-lhe adquirir uma visão prática e abrangente da vida laboral, bem como o contacto direto com diferentes realidades sociais e culturais, consolidando uma forte ética de trabalho e de serviço público.

Em 1997 ingressou no Corpo de Bombeiros Voluntários de Alcochete, instituição à qual permanece profundamente ligado. Ao longo de quase três décadas de serviço ativo, exerceu funções operacionais como bombeiro e assumiu progressivamente responsabilidades de comando. Em 2005 foi nomeado Adjunto do Comando e, em 2010, nomeado 2.º Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Alcochete. No âmbito dessas funções desempenhou igualmente o cargo de Comandante em regime de substituição, na ausência do Comandante Paulo Vieira, assumindo responsabilidades ao nível da coordenação

operacional, gestão de recursos humanos, formação, segurança e representação institucional.

O percurso de José Martins enquanto bombeiro integra uma vasta formação técnica, operacional e de comando, ministrada pela Escola Nacional de Bombeiros, abrangendo áreas como incêndios urbanos e florestais, salvamento e desencarceramento, emergência e socorro, liderança, gestão operacional e formação pedagógica.

Ao longo da sua carreira recebeu diversos louvores e agradecimentos, tanto internos como por parte dos municípios onde prestou serviço, nomeadamente no combate a incêndios rurais.

Foram-lhe atribuídas várias distinções honoríficas, destacando-se a Medalha de Assiduidade – Grau Ouro (25 anos), a Medalha de Serviços Distintos da Liga dos Bombeiros Portugueses – Grau Cobre, bem como a Medalha da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete – Grau Cobre – Dedicação e Altruísmo, atribuída no âmbito das comemorações dos 75 anos desta Associação.

O 2.º Comandante José Martins reside há vários anos em Alcochete, concelho que considera como sua terra de adoção. Tem participado ativamente na vida cívica e comunitária local, mantendo uma relação de proximidade com a população e as instituições. Casado com Maria da Conceição Bolota Pisabarro, é pai de uma filha e assume como valores centrais da sua vida o respeito pelo próximo, a solidariedade, a lealdade, o compromisso com a comunidade e a dignificação do serviço público.

A Câmara Municipal de Alcochete presta homenagem ao 2.º Comandante José Batista Martins pela disponibilidade e dedicação à comunidade, pelos princípios com que tem honrado o seu percurso pessoal, profissional e institucional e pela forma briosas como representa Alcochete, com a atribuição da Medalha Municipal de Mérito.

Francisco Ramos Pimentel

Francisco Ramos Pimentel nasceu na Horta, Faial a 17 de outubro de 1945.

Chegado o momento de cumprir o serviço militar obrigatório, Francisco Pimentel é destacado para Angola onde, entre 1966 e 1970, exerce as funções de Operador Meteorologista na Força Aérea Portuguesa.

Entre 1970 e 1974 exerceu funções docentes como professor da Escola do Magistério da Missão Católica da Huíla – Angola, propriedade da diocese de Sá da Bandeira, sob a direção do Sr. Bispo, D. Eurico Dias Nogueira.

A abertura proporcionada pela Primavera Marcelista, permitiu-lhe tomar consciência da necessidade imperiosa da mudança também ao nível da Educação. A conceção de escola de então caracterizava-se pela desresponsabilização da sociedade civil, das comunidades e da família, no que diz respeito aos problemas da Educação. Este despertar seria a base da sua tese de Licenciatura em Administração Educacional, na área das Ciências da Educação, cujo título seria: “A gestão e a administração das escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico. A necessidade da participação das famílias na Escola”.

Desde sempre o Professor Pimentel colocou o seu sentido crítico, a sua sabedoria e a sua dedicação ao serviço público, à Escola e à comunidade. Procurando sempre ser parte ativa do desenvolvimento de uma sociedade mais justa, mais democrática e mais inclusiva.

Remonta a 1974 a sua chegada a Alcochete. Juntamente com o “grande pilar da vida”, a sua esposa e também docente, a senhora Professora Dina Pimentel aqui decidem ficar, foi Alcochete que escolheram para sua terra e terra dos seus dois filhos: Marco e João.

Entre 1974 e 1999, o Professor Pimentel exerceu funções docentes no 1.º Ciclo do Ensino Básico no concelho de Alcochete e, em regime de acumulação, lecionou a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica na Escola Básica 2,3 El-Rei D. Manuel I, também em Alcochete.

Enquanto professor, destacou-se não apenas pela competência pedagógica, mas sobretudo pelo compromisso genuíno com a formação humana, cívica e académica dos seus alunos. Ao longo dos anos, foi uma referência de rigor, ética e proximidade, inspirando gerações a valorizarem o conhecimento, o esforço e o respeito pelo outro.

Para além da sala de aula, o Professor Francisco Pimentel sempre manteve uma forte ligação à comunidade alcochetana, contribuindo ativamente para o seu desenvolvimento social e cultural. Durante 25 anos foi diretor do Orfeão da Sociedade Imparcial 15 de janeiro de 1898 de Alcochete, assumiu durante vários anos a Presidência da Casa do Povo de Alcochete e sempre manteve uma forte presença na atividade paroquial pertencendo à equipa de Liturgia da Paróquia de Alcochete, ao Grupo Coral e ao Grupo Sócio Caritativo, também orientou a metodologia da catequese durante vários anos.

A sua ligação às artes, nomeadamente à música e à pintura, constitui um dos traços importantes do seu percurso. Através destas formas de expressão, o Professor Francisco Pimentel promoveu a valorização da cultura, estimulou o gosto pela criação artística e contribuiu para o enriquecimento cultural da comunidade. A música e a pintura foram, para si, não apenas paixões pessoais, mas também ferramentas de partilha, diálogo e aproximação entre pessoas e gerações. Talvez por isso o nome do grupo musical que ajudou a fundar e ao qual ainda pertence, o “Grupo Gerações”, composto por membros das mais diversas idades, que recolhe e divulga música tradicional portuguesa.

Nesta área, destacamos também a sua vertente fadista, tendo atuado em França, Espanha e Holanda, sempre com o nome de Alcochete ao peito. A busca de aperfeiçoamento levou-o a concluir o Curso de “Iniciação à Pintura” da Sociedade Nacional de Belas-Artes, sob a orientação do Pintor Jaime Silva, tendo a oportunidade de participar em exposições em Alcochete e Montijo.

Ao longo da sua carreira docente frequentou as ações de formação promovidas pelo Ministério da Educação e pelo Secretariado Diocesano do Ensino da Igreja nas Escolas.

Em agosto de 1999 é-lhe concedida a aposentação da Função Pública.

De 1 de setembro de 1999 a 31 de agosto de 2002 – Exerce funções de Diretor Pedagógico no Externato D. Manuel de Mello no Barreiro. Entre 2002 e 2003 leciona a disciplina de Educação Moral e Religiosa católica no Externato Diocesano D. Manuel de Mello. Fez ainda

parte do Concelho Consultivo da referida instituição, por solicitação do Sr. Bispo da Diocese de Setúbal.

Foi ainda Diretor de Comunicação e Imagem da Cáritas Portuguesa e quando a Cáritas Francesa o convidou para fazer o lançamento em Portugal da operação “10 milhões de estrelas”, fez questão que a cerimónia de lançamento fosse realizada em frente à Igreja Matriz de Alcochete.

O Professor Pimentel escolheu sempre Alcochete, uma escolha sempre apoiada e influenciada pela esposa, mesmo em detrimento dos bens patrimoniais familiares que ambos tinham nos Açores. Diz com carinho que “escolheu Alcochete, mas que Alcochete também o escolheu e que esta foi a terra que mais o estimou”.

Em boa verdade, Alcochete ganhou muito com a disponibilidade e dedicação deste homem Bom e ainda assim, é com a mais profunda humildade que afirma “ter recebido sempre mais do que aquilo de deu”.

A Câmara Municipal de Alcochete presta homenagem ao Professor Francisco Ramos Pimentel pelo profundo sentido de compromisso à comunidade, pelo legado assente em conhecimento, cultura e valores humanos que continuará a inspirar gerações futuras, com a atribuição da Medalha Municipal de Mérito.

António Maria Catalão Labreca

António Maria Catalão Labreca é natural de Alcochete, terra que o viu nascer em 13 de maio de 1965.

Com 12 anos de idade integra a Escola de Música da Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898 de Alcochete, sendo seu monitor o Sr. João Ribeiro (Palmelão). Em 1983, com 18 anos, ingressa na Banda Sinfónica da Guarda Nacional Republicana, como trompetista e tem como professor Joaquim Teixeira. Mais tarde como instrumentista de eufónio, tem como professor e chefe de naipe Acácio Aires Moreira da Silva.

Ao longo dos anos tem colaborado com diversas bandas filarmónicas do país. Participou nos célebres concertos “Insólitos” pela Orquestra Sinfónica criada para o efeito, pelo maestro Graça Moura. Colaborou também com a Orquestra Nacional do Tetro S. Carlos como Solista B.

Como professor, António Maria Labreca, formou dezenas de alunos que ao longo dos anos seguiram também a vida musical e ingressaram em conservatórios, escolas superiores, bandas militares, orquestras nacionais e estrangeiras.

Atualmente, depois da carreira militar, continua a colaborar com diversas bandas filarmónicas, entre elas, a Banda da Sociedade Filarmónica Progresso e Labor Samouquense.

Através da composição manifesta a sua musicalidade, mas também a paixão pela “Festa Brava”, as suas figuras e as suas origens. Inicia a sua carreira na composição em 2006 com o *pasodoble* “Forcados Amadores do Aposento do Barrete Verde de Alcochete”, estreado na sede do Aposento do Barrete Verde pela Banda da Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898 de Alcochete.

Desde então, já conta com mais de 30 obras compostas, editadas e gravadas por inúmeras bandas nacionais e internacionais. Através das suas composições, António Maria Labreca homenageia figuras de Alcochete, do mundo da tauromaquia e da filarmónia. Do seu vasto reportório constam obras como “Alcochete Olé”, “Banda do Samouco”, dedicada à Banda da Sociedade Filarmónica Progresso e Labor Samouquense; “Arte e Emoção”, *pasodoble* que serviu de genérico ao programa televisivo homólogo, que foi transmitido pela RPT durante anos; “Maria Leopoldina da Guia”, *pasodoble* dedicado à grande fadista, aficionada e amiga de Alcochete; “Tertúlia de S. João”, “Forcado, Campino e Salineiro”, “Virgem de las Angústias”, entre outros.

A Câmara Municipal de Alcochete presta homenagem a António Maria Catalão Labreca pelo seu percurso profissional como executante, professor e compositor, pela dedicação à música, pela forma como através da mesma demonstra o seu amor a Alcochete, promovendo a nossa cultura e identidade, com a atribuição da Medalha Municipal de Mérito.

João Ricardo Paixão da Silva (João D'Alva)

João Ricardo Paixão da Silva, nasceu em Setúbal a 24 de abril de 2000, filho de Joaquim Manuel Nunes da Silva e Maria João da Fonseca Paixão e foi criado na herdade da Barroca D'Alva onde ainda reside.

Todo o percurso escolar foi feito em Alcochete, onde os seus pais são funcionários da autarquia.

Ainda muito criança começou por jogar futebol de salão na Academia Bairro Miranda, onde ganhou algumas medalhas em torneios importantes.

Mas o destino de João não passava pelo futebol e aos 12 anos iniciou-se no mundo dos touros, entrando para a Escola de Toureio e Tauromaquia da Moita, onde permaneceu até aos seus 15 anos, mudando-se para a escola de Toureio José Falcão em Vila Franca de Xira. Foi aqui que surgiram as primeiras oportunidades de se apresentar perante os aficionados taurinos.

Desde os 12 anos que João D'Alva, nome artístico entretanto adotado, ambiciona e trabalha pelo sonho de poder ser o primeiro matador de touros Alcochetano.

A 22 de abril de 2016 estreou-se em Espanha e a 30 de abril na Azambuja. Neste mesmo ano pertenceu a um elenco de novilheiros sem picadores em Portugal, de onde surgiu o V Certame de Escolas de Toureiro em Portugal, sendo um dos mais destacados nesse ano. Ainda em 2016, João D'Alva marcou presença no Concurso transmitido pelo Canal Toros, onde, entre 18 novilheiros internacionais, consagrou-se Máximo triunfador, a 24 de setembro, em San Agustín de Guadalix (Madrid.)

Em 2017, João D'Alva totalizou um total de 34 novilhadas, marcando presença em praças de renome como Málaga, Beziers, Vila Franca de Xira e Valência, onde se apresentou durante dois anos, sendo um dos triunfadores numéricos.

O ano de 2018 seria o seu último ano em Portugal, toureando em 20 novilhadas. Terminada a temporada, decidiu rumar a Espanha, onde ingressou na Fundação “El Juli”, disputando conceituados prémios como a “Naranja de Plata” de Algemesí (Valência), que ganhou em 2019. A etapa de Novillheiro termina com um total de 63 espetáculos sem picadores.

2021 viria a proporcionar um passo importante na trajetória de João D’Alva e a concretização de mais um sonho: a estreia com Picadores.

Alcochetano de raiz, como é e faz questão de se apresentar, João D’Alva tem-se vindo a destacar sobretudo nas “novilhadas turistas”, obtendo diversos prémios durante os seus quatro anos enquanto Toureiro, mas ainda só foi possível demonstrar a sua arte em Espanha e França.

A presença deste jovem toureiro tem sido notada em feiras de renome como a “Feira do Aficionado de 3 Puyazoz”, onde marcará presença pela terceira vez em 2026; Calasparra (Murcia), onde esteve presente nas últimas quatro edições, ganhando o tão desejado troféu “Espiga de Oro”; Villaseca de la Sagra, onde se realiza um dos mais importantes concursos de toureiros de panorama espanhol, participando nas últimas 3 edições.

Contudo, a par do crescente sucesso, João D’Alva tem sido também um Toureiro muito “castigado” pelos touros. Em vinte e duas novilhadas sofreu quatro duras colhidas, sendo que em duas destas esteve cerca de mês e meio internado, dada a gravidade dos ferimentos. Mas a férrea vontade de vencer e alcançar o seu sonho fazem com que não desista e continue sempre a voltar às lides, com arte e coragem.

O presente ano ficará como um marco importante na carreira deste Toureiro. No próximo mês de maio, tornar-se-á Matador de Touros em Portugal e o sonho que acalenta desde os seus 12 anos será finalmente alcançado: João D’Alva será o 1.º Matador de Touros de Alcochete.

Mas outros sonhos ainda estão por cumprir, João D’Alva espera poder tourear em Alcochete, na sua terra, onde tem família, amigos e seguidores e almeja tornar-se uma referência a nível internacional e com ele levar o nome de Alcochete e da Barroca D’Alva.

A Câmara Municipal de Alcochete presta homenagem a João Ricardo Paixão da Silva pela sua dedicação à arte do toureio, pelo seu percurso profissional, pela forma apaixonada como defende a cultura taurina e pela procura incessante de elevar o nome de Alcochete a nível internacional, com a atribuição da Medalha Municipal de Mérito.

Grupo Motard do Convento

O Grupo Motard do Convento foi formado por cinco amigos que partilhavam não só a amizade, mas também uma grande paixão pelo motociclismo, a 25 de junho de 2000.

Nasceu e cresceu em São Francisco, aos cinco primeiros amigos têm vindo a juntar-se muitos outros com o mesmo gosto pelo motociclismo, mas sobretudo pela preservação do convívio, bem-estar social e a amizade, promovendo uma relação de proximidade com a comunidade envolvente. O Grupo Motard do Convento participa em várias Concentrações Motards de norte a sul do país, enaltecendo sempre o nome de S. Francisco e de Alcochete por todo o continente e ilhas.

Ao longo dos anos, o Grupo tem registado um crescimento sustentado, reforçando progressivamente a sua ligação à população em geral, através da promoção de iniciativas dirigidas a diferentes faixas etárias, nomeadamente crianças, jovens e população sénior. Realiza ações de apoio social junto dos mais carenciados, participa nos eventos realizados pela Junta de Freguesia de São Francisco e Câmara Municipal. Paralelamente, organiza e dinamiza diversas atividades de natureza cultural tais como comemorações de aniversário, festas temáticas e concertos com música ao vivo. A participação na chegada do Pai Natal ao concelho, faz também parte das suas atividades anuais.

O Grupo Motard do Convento tem a sua sede em São Francisco, em instalações cedidas pela Câmara Municipal de Alcochete, onde se encontram expostos todos os seus troféus, lembranças e dedicatórias de muitos Motoclubes, que atestam a simpatia e disponibilidade dos sócios do Clube Motard do Convento.

Em 2025 o Motoclube do Convento assinalou os 25 anos de existência com uma concentração aberta a toda a comunidade, que resultou num momento bonito de partilha entre a comunidade e todos os motards presentes, oriundos de diversos pontos do país.

A Câmara Municipal de Alcochete presta homenagem ao Clube Motard do Convento pelo seu papel no movimento associativo local, pelo orgulho com que representam as suas gentes e o nome de São Francisco e de Alcochete e ainda pela promoção dos valores da solidariedade com a atribuição da Medalha Municipal de Mérito.

Grupo Motard de Alcochete

A 30 de setembro de 2006, um grupo de alcochetanos motards, que se encontrava no café Paradise, decidiu fundar o Grupo Motard de Alcochete. O primeiro a representar a própria vila.

O orgulho em ser de Alcochete ficou estampado nas cores do recém-criado grupo. O touro, o campino e o capote, símbolos da tauromaquia, também ficariam assinalados no mundo das duas rodas.

A primeira sede, espaço fundamental para toda a cultura motard e história do grupo, foi uma pequena habitação em Vale de Figueira – “a nossa primeira casa”, como os membros do grupo gostam de mencionar.

Correndo Portugal de norte a sul, do Algarve a Trás-os-Montes, do Minho ao Alentejo. O Grupo Motard de Alcochete marca presença ininterrupta na famosa Concentração de Faro e também já esteve várias vezes em Góis. A paixão das motas permite a criação de laços com localidades distantes de Alcochete, exemplo disso é a estreita relação com Ferreira do Zêzere ou Castelo da Maia, entre outros.

A atividade do Grupo Motard de Alcochete colocou o nosso concelho no mapa do motociclismo, quer pela representação do Grupo nas Festas do Barrete Verde e das Salinas, pela Concentração Motard que realiza no concelho, na celebração dos aniversários, mas também pelos passeios de mota no 25 de abril, dando mais energia a uma data tão simbólica.

Um motivo de orgulho para o Grupo foi o convite para a reabertura do trânsito na inauguração da requalificação da frente ribeirinha, em 2014. Como é habitual, o Clube Motard de Alcochete disse “sim”, como sempre faz quando o município pede a sua participação.

Para além do gosto pelas motos, a amizade, o respeito e o espírito solidário são valores partilhados pelos sócios do Grupo Motard de Alcochete, estando sempre prontos para ajudar as nossas gentes, especialmente os mais carenciados. Todos os anos recolhem alimentos e garrafas de azeite para doar na altura do Natal, participando ainda nas recolhas do banco alimentar. A distribuição de prendas nas escolas do concelho e a colaboração na chegada do Pai Natal ao concelho fazem também parte das suas atividades e que espelham bem a sua disponibilidade para com a comunidade.

Desde 2017 o Clube tem uma nova casa, a antiga Escola Primária do Entroncamento. Espaço cedido pelo município de Alcochete. Munidos de vontade e dedicação, têm sido os próprios sócios a requalificar este edificado, que conta agora com uma esplanada em calçada, uma cozinha remodelada e um bar completamente capacitado, pronto a receber os sócios e todos os amigos que queiram juntar-se aos convívios. Dando, assim, uma nova vida a um património histórico.

Em 2026 o Clube Motard de Alcochete comemora 20 anos de vida. Duas décadas “sempre de depósito cheio, prontos a circular pelas curvas deste país e além-fronteiras, para espalhar as cores de Alcochete por Portugal “e não só.

A Câmara Municipal de Alcochete presta homenagem ao Clube Motard de Alcochete pelo seu papel no movimento associativo local, pelo orgulho com que representam as cores e o nome de Alcochete e ainda pela promoção dos valores da solidariedade com a atribuição da Medalha Municipal de Mérito.

Motoclube do Samouco- Os Flamingos

O Motoclube do Samouco – Os Flamingos, teve início em 1999, tendo sido registado em novembro de 2000.

Por motivos pessoais dos fundadores o Motoclube ficou inativo até abril de 2022, data em que um grupo de entusiastas da vila do Samouco, decidiu aproveitar o registo existente e dar continuidade ao trabalho inicial de 2000. Partilhando a paixão comum pelas motas, pela amizade e pelo convívio, mas também inspirados pela liberdade associada ao motociclismo e pela forte identidade local, estes novos elementos reergueram os Flamingos para que o mesmo representasse não só as motas, mas sobretudo a terra e as suas gentes.

O nome “Os Flamingos” é uma clara referência à Reserva Natural do Estuário do Tejo, símbolo marcante da região e da ligação do Samouco à natureza, ao rio e à tradição. Tal como os flamingos, o Motoclube do Samouco afirma-se pela união do grupo, pela resistência e pela presença ativa na comunidade.

Promover o motociclismo responsável, fomentar o espírito de camaradagem entre motociclistas e participar ativamente em eventos motards regionais e nacionais e contribuir para a dinamização social e cultural do Samouco são os principais objetivos do Motoclube do Samouco.

Ao longo destes últimos anos, o Motoclube do Samouco tem marcado presença em concentrações, passeios motards, encontros solidários e iniciativas locais, tal como a chegada do Pai Natal ao concelho, entre outras. O Clube tem também desempenhado um papel importante na promoção de ações de convívio abertas à população, reforçando os laços entre motards e comunidade, pelo que cada vez mais é reconhecido pelo seu espírito familiar, acolhedor e solidário.

Mais do que um clube de motas, Os Flamingos fazem questão de se apresentar “pelo seu modo de estar: respeito pela estrada, amizade fora dela e orgulho nas raízes Samouquenses”.

A Câmara Municipal de Alcochete presta homenagem ao Motoclube do Samouco - Os Flamingos pelo seu papel no movimento associativo local, pela forma como representam a vila do Samouco e o concelho de Alcochete e ainda pela promoção dos valores da solidariedade com a atribuição da Medalha Municipal de Mérito.

MEDALHA MUNICIPAL DE 30 ANOS DE SERVIÇOS

A Medalha Municipal de 30 Anos de Serviços destina-se a distinguir os colaboradores da Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, quando completarem trinta anos de serviço, ininterruptamente e independentemente do tipo de contrato e que tenham revelado no exercício das suas funções exemplar comportamento e reconhecida dedicação.

A Câmara propõe atribuir a Medalha Municipal de 30 anos de serviços a:

João Manuel dos Santos Marques

João Manuel dos Santos Marques iniciou funções na Câmara Municipal a 2 de dezembro de 1997 como Auxiliar Técnico de Desporto. A 4 de dezembro de 1995 passou a prestar serviço como Auxiliar Técnico de Secretariado. A 1 de abril de 1999 foi nomeado Assistente Administrativo. A 28 de fevereiro de 2003 é nomeado Assistente Administrativo Principal e em 18 de julho de 2007, passa a Assistente Administrativo Especialista. Desde 1 de janeiro de 2009, desempenha funções como Assistente Técnico.

A Câmara Municipal presta homenagem a João Manuel dos Santos Marques pelo profissionalismo e empenho nas funções que lhe foram atribuídas ao longo de 30 anos ao serviço da Autarquia, atribuindo-lhe a Medalha Municipal de 30 anos de Serviços.

Joaquim Manuel Nunes da Silva

Joaquim Manuel Nunes da Silva iniciou funções na Câmara Municipal de Alcochete a 2 de janeiro de 1995, como Cantoneiro de Limpeza. A 2 de janeiro de 1996, passa a desempenhar funções de Auxiliar de limpeza.

A 12 de outubro de 1996 é nomeado Cantoneiro de limpeza, função que desempenha até 31 de dezembro de 2008. Desde 1 de janeiro de 2009, cumpre funções como Assistente Operacional.

A Câmara Municipal presta homenagem a Joaquim Manuel Nunes da Silva pelo profissionalismo e empenho nas funções que lhe foram atribuídas ao longo de 30 anos ao serviço da Autarquia, atribuindo-lhe a Medalha Municipal de 30 anos de Serviços.

Maria de Fátima Labreca Samouqueiro Carapeta

Maria de Fátima Labreca Samouqueiro Carapeta iniciou funções na Câmara Municipal de Alcochete a 13 de fevereiro de 1995 como Auxiliar Técnica de Secretariado. Entre 13 de fevereiro de 1996 e 12 de fevereiro de 1997 desempenhou funções como Escriutária Dactilografa. De 13 de Fevereiro de 1997 a 31 de julho de 1997 exerce funções de Terceira Oficial. A 1 de Agosto de 1997 é nomeada Terceira Oficial Administrativa. A 7 de dezembro de 2000 é nomeada Assistente Administrativa Principal e em 4 de novembro de 2004 passa a Assistente Administrativa Especialista. Desde 1 de janeiro de 2009, cumpre funções como Assistente Técnica.

A Câmara Municipal presta homenagem a Maria de Fátima Labreca Samouqueiro Carapeta pelo profissionalismo e empenho nas funções que lhe foram atribuídas ao longo de 30 anos ao serviço da Autarquia, atribuindo-lhe a Medalha Municipal de 30 anos de Serviços.

Carlos José Brás Catalão

Carlos José Brás Catalão iniciou funções na Câmara Municipal a 26 de abril de 1995 como Operador de Sistemas Estagiário. A 20 de agosto de 1996 é nomeado Operador de Sistemas de 2.ª Classe. A 19 de junho de 1999 transita para a Carreira Informática como Técnico de Informática de Grau 1, nível 2. Entre 17 de maio de 2007 e 30 de setembro de 2023 desempenhou funções como Técnico de Informática de Grau 2, Nível 1. Desde 1 de outubro de 2023 exerce funções de Técnico de Sistemas da Informação.

A câmara municipal presta homenagem a Carlos José Brás Catalão pelo profissionalismo e empenho nas funções que lhe foram atribuídas ao longo de 30 anos ao serviço da Autarquia, atribuindo-lhe a Medalha Municipal de 30 anos de Serviços.»

Submetida à discussão a senhora vereadora Maria Eugénia Murjal congratulou-se pelo senhor 2.º Comandante dos Bombeiros Voluntários de Alcochete ter chegado a este concelho, justamente na época da construção da Ponte Vasco da Gama, sendo da opinião que esta infraestrutura tem trazido boas pessoas para Alcochete.

No seguimento da nomeação de João D'Alva para a Medalha Municipal de Mérito, recordou a enorme urgência sobre a recomendação da Bancada do CHEGA apresentada na Assembleia Municipal de Alcochete realizada a 19 de dezembro de 2025, considerando que

é deveras importante que a Herdade da Barroca D'Alva se mantenha comunicável com o resto do concelho.

O senhor presidente informou a senhora vereadora Maria Eugénia Murjal que as recomendações já seguiram para as instâncias que foram referidas na Assembleia Municipal.

O senhor vereador João Marques referiu que se deve elogiar o Antonio Labreca não só como músico, mas também como compositor, valorizando-o e destacando-o em relação a outros músicos, não querendo, contudo, menosprezar todos os outros.

A senhora vereadora Raquel Prazeres valorizou a apresentação da presente Proposta, a qual é uma opção do Executivo, sendo da opinião que é bom distinguir as pessoas que de facto contribuem para o município.

Lembrou que teve a oportunidade de questionar o senhor presidente se a Medalha de Mérito Desportivo teria sido retirada, a qual deixou de estar presente no Regulamento, solicitando que pudesse ser esclarecida se a Gala do Desporto pressupõe uma candidatura, enquanto a atribuição de uma Medalha de Mérito Desportivo é da iniciativa do Executivo que está em funções, porque auto candidatar-se é diferente de ser escolhido, considerando que a Medalha da Restauração da Independência tem um valor simbólico tão forte que ultrapassa uma Gala Desportiva.

O senhor presidente esclareceu que a única alteração efetuada consistiu na retirada da designação da Medalha de Mérito Desportivo, sendo do entendimento que existir uma Medalha de Mérito Desportivo poderia quase que ser uma ofensa a quem por exemplo do ponto de vista social ou humanitário se tenha destacado, informando que se criou medalha generalizada (Medalha Municipal de Mérito), que recai sobre importantes, relevantes ou excecionais atos ou serviços, no conjunto de áreas sociais, humanitárias, empresariais, culturais, científicas, cívicas, desportivas, educativas, políticas ou serviços públicos. Quem se distinguir do ponto de vista desportivo, pode também ser nomeado/proposto, para receber Medalha Municipal de Mérito, porém o que deixou de existir especificamente foi a Medalha de Mérito Desportivo, a qual ficou associada à Gala Desportiva.

O senhor vereador João Marques sugeriu que se pudesse alocar na página oficial da autarquia, ou nas redes sociais um espaço onde pudessem estar presentes todos os distinguidos, não só os deste ano, como também das edições anteriores, sendo uma forma de as próprias famílias dos homenageados, os antecessores e os vindouros, tivessem orgulho na sua família e nos feitos dos seus familiares.

O senhor presidente referiu que a sugestão emanada do senhor vereador João Marques é pertinente, dando indicações ao Gabinete de Comunicação e Imagem da câmara municipal em colaboração com a Divisão de Cultura, Juventude e Desporto, para que se possa integrar estas distinções honoríficas no *site* do município.

Submetida à votação por escrutínio secreto, a proposta foi aprovada com 7 votos a favor.

4.2. Alteração ao Regimento da Câmara Municipal de Alcochete

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«No âmbito das suas competências conferidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à câmara municipal elaborar e aprovar o seu regimento (cfr. artigo 39.º).

Trata-se de uma faculdade legal atribuída aos órgãos colegiais do município, de forma a poderem elaborar e aprovar as suas regras de funcionamento relativas ao mandato dos respetivos titulares, as quais contribuirão para uma melhor eficácia na condução dos trabalhos e no exercício das competências formais e materiais conferidas à câmara municipal.

No seguimento de uma proposta da senhora vereadora Maria Eugénia Murjal, do CHEGA, melhorada com os contributos do restante executivo municipal e face à razões de facto e de direito supra exposta, propõem-se que o órgão colegial executivo delibere favoravelmente:

1. Aprovar o Regimento da Câmara Municipal de Alcochete que se anexa à presente proposta e que dela faz parte integrante;
2. Determinar a respetiva publicação em Edital afixado nos lugares de estilo durante os 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação, bem como no sítio da internet do município.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Regimento, como **Doc. 1**.

4.3. Isenções e Reduções de Pagamentos de Taxas para o Movimento Associativo em 2026

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando a manifesta relevância das atividades prosseguidas pelo movimento associativo e o público beneficiário a que se destina, bem como os objetivos sociais e de desenvolvimento que o município visa prosseguir, nomeadamente os de promoção da atividade desportiva, cultural, social e recreativa concelhia, propomos as seguintes isenções e reduções para as associações do concelho e acordo com os artigos 8.º e 9.º do Regulamento de Taxas Municipais (RTM), para o ano civil de 2026.

ISENÇÕES

- Emissão da Licença Especial de Ruído (artigo 36.º da RTM – tabela administrativa);
- Emissão da Licença de Ocupação da Via Pública (artigo 59.º da RTM – tabela administrativa);

- Biblioteca Municipal: Utilização da Sala Multiusos excetuando domingos e feriados (anexo II do Regulamento Interno da Biblioteca Municipal de Alcochete), mediante disponibilidade;
- Fórum Cultural de Alcochete (artigo 78.º da RTM – tabela administrativa):
 - Isenção em número de 1 (uma) utilização do auditório por ano civil, devendo a mesma ocorrer em qualquer dia da semana excetuando domingos e feriados;
 - Isenção em número de 3 (três) utilizações da sala de formação por ano civil, excetuando, domingos e feriados.

REDUÇÕES

- Redução de 30% na taxa de utilização do “Bote Leão”. (Anexo I das Normas de Utilização do “Bote Leão”);
- Redução de 50% na taxa de utilização das Instalações Desportivas Municipais (alíneas d) dos artigos 70.º, 71.º e 73.º do RTM – tabela administrativa), nos treinos e nas competições de equipas que se encontram a disputar competições federadas;
- Aplicação da taxa de utilização correspondente ao n.º de horas de prática, até ao limite de 4 utilizadores, nos *courts* de ténis e campo de bate bolas (alíneas d), do artigo 72.º do RTM – tabela administrativa), nos treinos e nas competições de equipas que se encontram a disputar competições federadas.

Assim propõem-se:

1. Que a presente proposta seja aprovada nos termos dos artigos 8.º e 9.º do Regulamento de Taxas Municipais (RTM);
2. Que a presente proposta tenha efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2026.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.4. Isenções e Reduções de Pagamentos de Taxas – Instituições Particulares de Solidariedade Social – ano 2026

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«São Instituições Particulares de Solidariedade Social (I.P.S.S.), as pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público.

Os objetivos das I.P.S.S. concretizam-se mediante a concessão de bens, prestação de serviços e de outras iniciativas da promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente nos seguintes domínios:

- Apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo;
- Apoio à Família;
- Apoio às pessoas idosas;
- Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Proteção social dos cidadãos nas eventualidades de doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;

- Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação e assistência medicamentosa;
- Educação e formação profissional dos cidadãos;
- Resolução dos problemas habitacionais das populações;
- Outras respostas sociais não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

Considerando a manifesta relevância das atividades prosseguidas pelas I.P.S.S. no concelho de Alcochete e o público beneficiário a que se destina, bem como os objetivos sociais e de desenvolvimento que o município visa prosseguir, propomos as seguintes isenções e reduções, acordo com os artigos 8.º e 9.º, número 2, alíneas a) e b) do Regulamento de Taxas Municipais (RTM), para o ano civil de 2026:

ISENÇÕES

- Emissão da Licença Especial de Ruído (artigo 36.º da RTM – tabela administrativa);
- Emissão da Licença de Ocupação da Via Pública (artigo 59.º da RTM – tabela administrativa);
- Biblioteca Municipal - Utilização da Sala Multiusos excetuando domingos e feriados (anexo II do Regulamento Interno da Biblioteca Municipal de Alcochete), mediante disponibilidade;
- Fórum Cultural de Alcochete (artigo 78.º da RTM – tabela administrativa):
 - Isenção em número de 1 (uma) utilização do auditório por ano civil, devendo a mesma ocorrer em qualquer dia da semana excetuando domingos e feriados;
 - Isenção em número de 3 (três) utilizações da sala de formação por ano civil, excetuando, domingos e feriados.

REDUÇÕES

- Redução de 30% na taxa de utilização do “Bote Leão”. (Anexo I das Normas de Utilização do “Bote Leão”);

Assim propõem-se:

1. Que a presente proposta seja aprovada nos termos dos artigos 8.º e 9.º, número 2, alíneas a) e b) do Regulamento de Taxas Municipais (RTM);
2. Que a presente proposta tenha efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2026.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.5. Normas de Funcionamento da II Gala do Desporto

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«O município de Alcochete, reconhecendo o Desporto como um fator de elevada importância em diversos domínios da sociedade contemporânea, vai organizar a “II Gala do Desporto de Alcochete”. Este evento tem como objetivo distinguir os agentes desportivos que, ao longo da sua trajetória e, em particular, durante o ano de 2025, se destacaram pelo seu contributo relevante para o desenvolvimento e promoção do Desporto no Concelho de Alcochete.

As presentes normas de funcionamento abrangem todas as associações desportivas e/ou atletas e agentes desportivos integrados no movimento associativo do concelho, bem como os que sejam naturais ou residentes em Alcochete.

Serão atribuídos prémios nas seguintes categorias:

Prémios Individuais – Atleta do Ano, Atleta Jovem do Ano, Atleta de Desporto Adaptado do Ano, Dirigente do Ano, Treinador do Ano e Árbitro/Juiz do Ano;

Prémios Coletivos – Associação Desportiva do Ano, Equipa do Ano, Modalidade do Ano e Evento do Ano;

Distinções – Prémio Carreira e Prémio Menção Honrosa.

As candidaturas serão efetuadas em nome da respetiva associação ou, no caso de atletas não integrados em associações locais, em nome individual. A submissão das candidaturas será efetuada através do preenchimento de um formulário próprio, disponibilizado pelo município, devendo ser incluída uma justificação detalhada e evidências que sustentem e reforcem a candidatura, de acordo com o prémio a que se concorre.

A gestão e avaliação das candidaturas ficarão a cargo de uma Comissão Técnica de Avaliação, composta por um representante do Setor de Desporto, um representante do Setor do Movimento Associativo, um representante da Unidade de Apoio ao Alto Rendimento na Escola e uma personalidade ligada ao desporto regional ou nacional.

Os prémios a atribuir serão da responsabilidade da Câmara Municipal de Alcochete, sendo constituídos por troféus de distinção de mérito ou outro tipo de material honorífico.

O período de candidaturas decorrerá entre 19 de janeiro e 6 de fevereiro de 2026.

A II Gala do Desporto de Alcochete terá lugar no Fórum Cultural de Alcochete, no dia 28 de fevereiro de 2026.

Neste sentido, submete-se à apreciação e aprovação da digníssima Câmara Municipal de Alcochete as presentes normas de funcionamento da II Gala do Desporto de Alcochete.»

Submetida à discussão a senhora vereadora Raquel Prazeres enalteceu a promoção do desporto e do valor desportivo, considerando ser muito importante numa sociedade,

conseguindo-se desta forma dar estímulo a não só quem recebe os prémios, mas a outros, para tentarem chegar mais longe.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar as Normas de Funcionamento da II Gala do Desporto de Alcochete, como **Doc. 2**.

4.6. Aprovação de minuta de Protocolo a celebrar entre o Município de Alcochete e a MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

Nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (RJAL), na sua redação vigente, os municípios dispõem de atribuições nos domínios do equipamento rural e urbano, da energia e dos transportes e comunicações;

É competência da câmara municipal, nos termos das alíneas r) e qq), do número 1, do artigo 33.º do RJAL, “*Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal*” e “*Administrar o domínio público municipal*”;

Existe a necessidade de o município desenvolver os seus projetos de interligação em fibra ótica dos edifícios municipais e que as condutas municipais não abrangem todo o concelho para a concretização desses projetos;

A MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. se disponibilizou, mediante celebração de um Protocolo, a ceder as suas condutas de forma que o município desenvolva esse projeto de uma forma mais eficiente e com menores custos, a evitar a duplicação de infraestruturas no concelho e a reduzir o volume de intervenções no subsolo;

A parceria não terá custos financeiros, apenas terá como contrapartida a cedência de condutas municipais à MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. quando houver necessidade e desde que tecnicamente viável;

Assumindo o compromisso público de desenvolvimento nos domínios do equipamento rural e urbano, da energia e dos transportes e comunicações, o município de Alcochete elaborou uma Minuta de Protocolo a celebrar com a MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., com vista à cooperação entre os Outorgantes na partilha de infraestruturas de modo a minimizar intervenções físicas nas vias, cujo documento se anexa à presente Proposta.

Assim proponho:

Que nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alíneas r) e qq), do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, que a câmara municipal:

Tome conhecimento da Minuta de Protocolo a celebrar com a MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., que se junta em anexo à presente Proposta;

No âmbito das suas atribuições, delibere aprovar o referido Protocolo;

Delibere ainda a sua disponibilidade para realizar o mesmo tipo de parcerias com esta e outras entidades, sempre que a capacidade e a especificidade das condutas municipais não seja posta em causa.»

Submetida à discussão a senhora vereadora Ana Sofia Maduro lembrou que há um ano e meio a edilidade encontrava-se ligada em rede nos seus edifícios através de antenas, onde que cada vez que crescia uma árvore entre essas ligações, impedia a transmissão, obrigando a que se tivesse de contactar o proprietário e proceder ao respetivo corte.

Considera que foi um passo bastante decisivo na evolução da parte informática do município, afirmando que atualmente existe ligação por fibra ótica, alugada a um operador, no entanto o município vai poder tornar-se completamente autónomo na instalação desta fibra ótica, o que permitirá dotar as escolas de um aumento da capacidade de internet,

mitigando as falhas de sinal, por exemplo na realização de exames, com uma velocidade e uma capacidade muito superior.

Agradeceu e reconheceu o trabalho do Coordenador do Sector de Tecnologias da Informação da câmara municipal, Dr.º Tito Toscano, pelo empenho e proatividade, afirmando que toda esta evolução informática no município se deve também a ele.

O senhor vereador João Marques valorizou o facto de se estar a colocar os cabos no subsolo, considerando que a MEO está a realizar um Protocolo que favorece o município, esperando que um dia todas as linhas de cabos possam ser retirados das paredes dos edifícios para o subsolo.

A senhora vereadora Maria Eugénia Murjal questionou quais os edifícios municipais que necessitam das condutas da MEO para serem interligados com fibra ótica e quanto é que a câmara teria de gastar para realizar essa ligação à internet, sem se comprometer com a MEO.

Afirmou que os cabos de cada parte serão identificados de forma inequívoca dentro das condutas, todavia no contrato não estão estabelecidas as responsabilidades específicas para monitorização, manutenção e qualquer dano que possa ser causado pela outra parte do contrato durante o manuseamento do sistema de cablagem, sendo da opinião que todas estas situações deveriam estar previamente identificadas no contrato.

Partilhou ter compreendido que não há contrapartida pecuniária para este contrato, no entanto referiu que a Câmara Municipal de Alcochete entrega como contrapartida à MEO o acesso à totalidade da rede pública de condutas do concelho durante o período de cinco anos, renovável automaticamente por períodos de um ano, julgando que numa fase de grande crescimento urbanístico do território em que as obras estruturais estão a ser todas realizadas com dinheiros públicos e caso este contrato seja denunciado, não estão previamente estabelecidas as condições a aplicar às ocupações que cada parte tenha nas condutas da outra parte, porque haverá cabos da MEO em condutas da câmara e cabos da câmara em condutas da MEO, não estando especificado como é que vai ser esse custo logo que o contrato for denunciado, porém apontou que o que lhe causa mais preocupação é o

facto de a contraparte pedir a total confidencialidade deste acordo, com a assinatura por parte de todos os trabalhadores, ao “arrepio” do controle da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), a qual que entre outras atribuições, protege os direitos e interesses dos consumidores e demais utilizadores finais, promovendo a concorrência na oferta de redes e serviços para uma melhor prestação, sabendo que a Oferta de Referência de Acesso a Condutas (ORAC) se baseia na avaliação da orientação para os custos e os preços da oferta de referência do acesso a condutas e que o preço de acesso influencia diretamente o preço da oferta ao cliente.

Expôs que se a colocação de novos cabos de fibra ótica da MEO só vai ter custos de instalação e não de colocação de condutas no crescimento urbanístico que o concelho está a ter, a colocação vai ser suportada por dinheiros públicos, perguntou se não se violariam as leis da concorrência quando a MEO tem acesso sem custos a toda a rede das condutas públicas, frisando que a câmara municipal, como negociante deste contrato, caso o mesmo seja celebrado, poderia tirar melhor partido para os alcochetanos, pois se a MEO irá ter uma margem de lucro maior em relação a outras operadoras, com a utilização a custo zero de todas as condutas públicas, julgando que todos os outros concorrentes deveriam ter conhecimento desse facto para que a MEO ofereça aos alcochetanos um melhor preço pelo mesmo serviço.

Concluiu solicitando que fosse realizada uma revisão total do contrato, expressando que as condições devem ser renegociadas e revistas todas as cláusulas que responsabilizam uma e outra parte.

O senhor presidente explicou que quando é elaborado e apresentado um qualquer Protocolo, ele é alvo de atenção por parte das equipas jurídicas que acompanham a câmara, referindo que tudo o que está plasmado no Protocolo é do ponto de vista jurídico, legal e possível ser realizado.

Considera que se a autarquia puder aproveitar gratuitamente 76 km's de condutas que já existem da MEO, sem qualquer obrigação perante esta operadora, será sem dúvida um excelente trabalho, destacando o empenho do Dr.º Tito Toscano e da sua equipa.

Sublinhou que todo o trabalho que a câmara municipal desenvolve diariamente é em prol de todo o concelho de Alcochete, é uma tarefa que levará o seu tempo e que irá chegar a todos os edifícios municipais, incluindo por exemplo o Centro Escolar de São Francisco ou o Complexo Desportivo que ainda está em fase de construção, considerando irrelevante se os cabos têm de ficar ou não identificados.

Acerca da proteção de dados, partilhou que será por alguma razão que obrigam a câmara municipal a ter pessoas responsáveis alocadas a esta matéria, coisa que por sua vontade isso não aconteceria e que fosse remetido para o Estado a fiscalização, contudo existe legislação sobre este assunto que a autarquia terá de cumprir.

A senhora vereadora Maria Eugénia Murjal expôs que o contrato não se refere á proteção de dados, indicando que as partes reconhecem que a informação a disponibilizar ao abrigo do presente Protocolo, bem como a sua própria existência, aludindo que as pessoas nem sequer podem falar que existe, sendo considerado confidencial e extremamente sensível.

A senhora Ana Sofia Maduro esclareceu que a não menção a possíveis estragos provenientes das reparações e das manutenções, não estando previsto no Protocolo, aplica-se a legislação em vigor.

Explicou que atualmente nenhuma operadora paga taxas de passagem do que quer que seja no subsolo, justamente por a câmara ter conhecimento que esses valores cobrados às operadoras se iriam refletir na fatura dos contribuintes.

Acerca do sigilo, é um assunto que está ligado com questões comerciais, onde estarão implicados alguns trabalhadores que efetuam alguma manutenção nas próprias condutas e que conhecem o trabalho que está a ser desenvolvido, sendo do seu entendimento que a cláusula da confidencialidade é uma salvaguarda comercial.

Por solicitação do senhor presidente, o Dr.º Tito Toscano, Coordenador do Sector de Tecnologias da Informação da câmara municipal, elucidou de uma forma generalizada todos os presentes.

A senhora vereadora Maria Eugénia Murjal questionou que se ao nível das condutas públicas, o município não cobra qualquer taxa às operadoras, qual é o benefício para a MEO, a qual acede às condutas de igual forma que outras operadoras acedem.

A senhora Ana Sofia Maduro esclareceu que as taxas que estão previstas em Regulamento referem-se à ocupação do subsolo por condutas e não à passagem de cabos no interior dessas condutas.

O senhor presidente reiterou que ao se implementar a fibra ótica, a mesma continuará sob a gestão da câmara municipal, a qual fará por exemplo contratos de fornecimento de internet com qualquer operadora, afirmando que o presente Protocolo não obriga a qualquer vínculo com a MEO, que mostrou disponibilidade de ceder cerca de 76 Km's de condutas.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por maioria, com 5 votos a favor (4 do PS e 1 do CDS-PP) e 2 abstenções (1 do CHEGA e 1 da CDU), bem como anexar a Minuta de Protocolo, como **Doc. 3**.

4.7. Recurso a reserva de recrutamento interna de dois assistentes operacionais na área de educação, no regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado

Pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro foi apresentada a seguinte proposta:

«A Divisão de Educação e Intervenção Social (DEIS) identificou a necessidade urgente de recrutar dois trabalhadores para a carreira/categoria de Assistente Operacional, área de educação, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, de forma a assegurar o cumprimento dos rácios legais, garantir a continuidade do serviço público de apoio às funções educativas e não comprometer o regular funcionamento dos estabelecimentos de ensino.

Uma das necessidades decorre da vacatura de um posto de trabalho anteriormente ocupado por uma trabalhadora que, com o seu acordo e por conveniência de serviço, transitou para

outro serviço do município, mantendo-se, contudo, a necessidade permanente de assegurar o exercício das funções inerentes àquele posto.

A segunda necessidade resulta do facto de uma trabalhadora se encontrar no gozo de licença sem remuneração, tendo solicitado a respetiva prorrogação. O posto de trabalho deixado vago por esta trabalhadora encontra-se, atualmente, assegurado através de substituição por contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto.

Nos termos do artigo 57.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), é legalmente admissível a celebração de contratos a termo resolutivo incerto para substituição de trabalhadores ausentes por este motivo, podendo os mesmos manter-se enquanto subsistir a situação que lhes deu origem. Todavia, com a prorrogação da licença sem remuneração por mais um ano, a ausência deixa de revestir natureza estritamente temporária, passando a assumir carácter prolongado, o que torna inadequada a manutenção do regime de substituição a termo incerto.

Nessa circunstância e mantendo-se a necessidade permanente de assegurar o exercício das funções, justifica-se o provimento do posto de trabalho através de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de forma a garantir a estabilidade e a continuidade do serviço.

Neste enquadramento, a manutenção temporária do contrato de substituição a termo incerto apenas se justifica pelo período estritamente necessário à conclusão dos procedimentos conducentes à celebração do novo contrato por tempo indeterminado, não ficando, assim, comprometido o regime legal de substituição.

Acresce que o município dispõe de lista unitária de ordenação final válida até 10/06/2026, resultante do procedimento concursal publicitado no “Diário da República”, 2.ª Série, n.º 78, de 19 de abril de 2024, cuja oferta de emprego na Bolsa de Emprego Público corresponde ao n.º OE202404/0938.

Verifica-se, igualmente, a existência dos respetivos postos de trabalho vagos no Mapa de Pessoal do município, bem como a previsão orçamental necessária para fazer face aos encargos decorrentes dos respetivos provimentos.

Assim, face à insuficiência de recursos humanos disponíveis para assegurar o cumprimento das obrigações legalmente estabelecidas e manter a qualidade do serviço prestado na área da educação, torna-se imprescindível proceder ao provimento dos referidos postos de trabalho.

Nestes termos:

Com fundamento no enquadramento jurídico aplicável, designadamente na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e na Informação da DAGR n.º 59/2025, que se anexa, proponho que seja submetida à aprovação do órgão executivo, o recrutamento de dois trabalhadores, com recurso à referida reserva de recrutamento interna do procedimento concursal supra mencionado, para constituição de vínculos de emprego público por tempo indeterminado da carreira/categoria de Assistente Operacional na área de Educação.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar a Informação como **Doc. 4**.

4.8. Recurso a reserva de recrutamento interna para provimento de dois postos de trabalho da carreira de assistente operacional, área da educação, no regime de contrato de trabalho a termo incerto

Pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

No município de Alcochete, o regular funcionamento dos estabelecimentos de ensino do concelho depende da afetação de cerca de 130 assistentes operacionais, sendo frequentes e significativas as ausências de trabalhadores, as quais comprometem de forma imediata o

normal desenvolvimento das atividades escolares, bem como o cumprimento dos rácios mínimos legalmente exigidos, essenciais à prossecução da missão do serviço público de apoio às comunidades educativas;

As referidas ausências, muitas vezes frequentes e prolongadas, tornam imprescindível acionar mecanismos de substituição temporária. Estas substituições apenas podem ser asseguradas através do provimento dos lugares vagos com assistentes operacionais contratados a termo incerto, com recurso às reservas de recrutamento existentes no município e cujos contratos cessam automaticamente com o regresso do trabalhador substituído;

Assim, face ao término da anterior reserva, o município abriu novo procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento, publicado na 2.ª Série do “Diário da República”, n.º 117, de 20/06/2025, cuja lista de ordenação final foi homologada pela senhora vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos em 25/09/2025, tendo sido publicada em suplemento na 2.ª Série do “Diário da República” no dia de 26/09/2025;

Esta reserva destina-se assim a responder a necessidades temporárias e imprevistas, decorrentes de ausências prolongadas, que exigem resposta imediata, sob pena de sérios constrangimentos no funcionamento dos serviços de educação.

Atualmente, o Mapa de Pessoal da autarquia contempla 11 postos de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional na área da educação, em regime de contrato de trabalho a termo incerto, 2 dos quais se encontram vagos e cujo provimento se revela necessário e urgente, por forma a assegurar a continuidade do serviço público de educação e garantir o cumprimento dos rácios legalmente exigidos.

Relativamente a uma das vagas, a mesma destina-se a colmatar a ausência de uma trabalhadora por motivo de doença.

Quanto ao provimento da segunda vaga surge no seguimento da entrada na Escola Básica do Passil, de uma criança com dependência de cuidados primários cujo pedido de reforço de um assistente operacional na área de educação foi efetuado pelo Agrupamento de

Escolas de Alcochete. Esta colocação ficou dependente de autorização do Ministro de Estado e das Finanças após a análise casuística efetuada pela DGeste, conforme previsto no n.º 2, do artigo 8.º, da Portaria n.º 272-A/2017 de 13 de setembro, na sua redação atual. No passado dia 18 de dezembro fomos informados que, por despacho n.º 14855/2025 de 09/12/2025, de Sua Excelência o Ministro de Estado e das Finanças, foi autorizada a referida contratação para apoio à criança com necessidades educativas especiais para o ano escolar 2025/2026.

Assim e atendendo ao carácter temporário da situação, que tanto poderá extinguir-se no final do ano letivo, como a qualquer momento que a criança deixe de frequentar aquela escola, verifica-se a possibilidade de satisfazer a necessidade com recurso à reserva de recrutamento existente no município, no regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto, enquadrado no âmbito do disposto do artigo 57.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP).

Face ao exposto e a todo o articulado jurídico, sustentado pela informação da DAGR n.º 60/2025, anexa e considerando que se encontram cumpridos todos os requisitos previstos para o efeito, proponho, submeter à aprovação do órgão executivo, o recurso à reserva de recrutamento acima identificada para o preenchimento dos 2 lugares atualmente vagos no Mapa de Pessoal do município, na categoria de assistente operacional na área da educação, em regime de contrato de trabalho a termo incerto, com afetação à DEIS - Divisão de Educação Intervenção Social.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar a Informação como **Doc. 5**.

4.9. Recurso a reserva de recrutamento interna de um assistente operacional na área de refeitórios, no regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado

Pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

Foi identificada, no Setor de Educação da Divisão de Educação e Intervenção Social (DEIS), a necessidade urgente de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional, na área dos refeitórios escolares, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado;

A referida necessidade decorre da saída de uma trabalhadora, na sequência da sua aprovação em procedimento concursal para outro organismo da Administração Pública, situação que originou a vacatura provisória do posto de trabalho enquanto decorria o respetivo período experimental;

Atendendo a que o município já foi informado de que o período experimental foi concluído com sucesso naquele organismo, encontram-se agora definitivamente reunidas as condições para proceder ao provimento definitivo do referido posto de trabalho;

Acresce que o provimento deste posto de trabalho se revela indispensável para assegurar o normal funcionamento dos refeitórios escolares bem como a continuidade da prestação de um serviço público de qualidade, diretamente dirigido a crianças e jovens em idade escolar;

Para dar resposta à necessidade identificada, o município dispõe de lista unitária de ordenação final válida até 25/12/2026, resultante do procedimento concursal publicitado no “Diário da República”, 2.ª Série, n.º 220, de 13 de novembro de 2024, cuja oferta de emprego na Bolsa de Emprego Público (BEP) corresponde ao n.º OE202411/0574;

Assim, poderá a necessidade em causa ser satisfeita com recurso à reserva de recrutamento constituída no próprio organismo, verificando-se a existência do respetivo posto de trabalho vago no Mapa de Pessoal do município, bem como a previsão orçamental necessária para suportar os encargos decorrentes do respetivo provimento.

Nestes termos:

Com fundamento no enquadramento jurídico aplicável e na Informação da DAGR n.º 61/2025, que se anexa e considerando que se encontram reunidos todos os requisitos legalmente exigidos, proponho que seja submetido à aprovação do órgão executivo o recrutamento de um trabalhador, com recurso à referida reserva de recrutamento interna do procedimento concursal supra mencionado, para a constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, na carreira e categoria de Assistente Operacional, na área de refeitórios escolares, afeto à DEIS – Divisão de Educação e Intervenção Social.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar a Informação como **Doc. 6**.

5. Apoios financeiros

Não foram apresentadas propostas.

6. Informações

Não foram apresentadas informações.

D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 20:21 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Carla Oliveira, técnica superior, subscrevo e assino.